

PROJETO DE LEI Nº

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEBIDO AFOIAMENTO A D.L.**

Em. 26 MAR 2012

1º Secretário

SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ORGANIZAÇÃO CULTURAL SOCIAL E AMBIENTAL AGUA DOCE.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a organização Cultural Social e Ambiental Água Doce, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Legislativo Presidente Aníbal Cury
26 de marzo de 2012

ADEMIR BIER
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA:

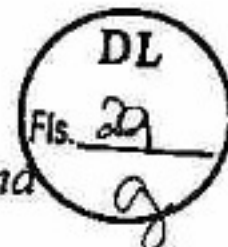
A Organização Água Doce, foi fundada em 22/03/2003, tem como atividade a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; a defesa e preservação e conservação do meio ambiente e promoção sustentável; a promoção do desenvolvimento social e combate a pobreza, dentre outros.

A Organização Água Doce, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor para sua declaração de utilidade pública estadual, conforme se demonstra pela documentação acostada a este projeto.

Assim sendo, objetivando levar a efeito este pleito, cumpre-me contar com o apoio de meus distintos Pares, com a deliberação favorável à sua aprovação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 116/2012

Projeto da Lei nº. 116/2012

Autor: Deputado Estadual Ademir Bier

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Organização Cultural Social e Ambiental Água Doce, com sede na Cidade de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.880/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademir Bier, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Organização Cultural Social e Ambiental Água Doce**, com sede na Cidade de Curitiba.

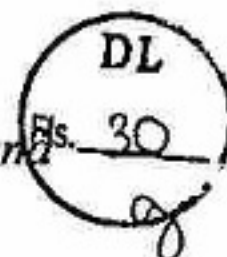
FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 31
98

seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo de assistência social, de educação, de pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.


Contudo, o nobre parlamentar não consignou na Sumula e primeiro artigo qual é o foro da presente entidade, tomando-se necessária a Emenda Modificativa para suprir a falta de sede e foro do presente Projeto de Lei.


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

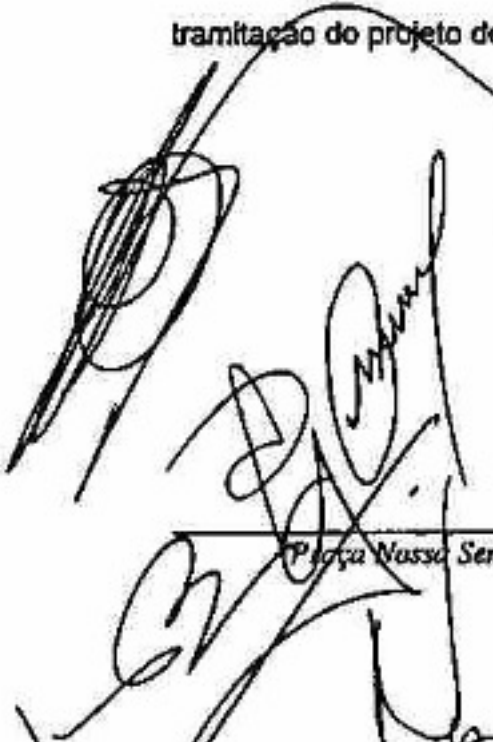
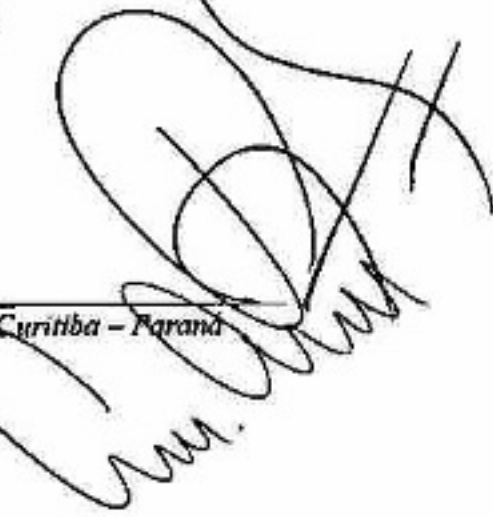
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

Sala das Comissões, em 22 de 05 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUNO GENARI
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

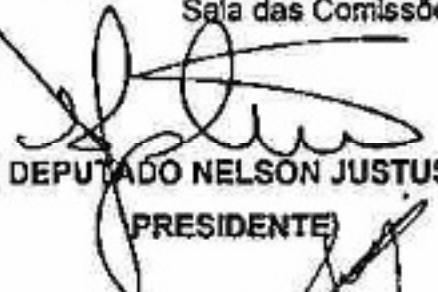
EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 116/12

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Súmula: Declara de Utilidade Pública a Organização Cultural Social e Ambiental Água Doce, com sede e foro na Cidade de Curitiba".

"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Organização Cultural Social e Ambiental Água Doce, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná".

Sala das Comissões, em 22 de 05 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL
Fls. 0248

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 JUL 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

334/12

Súmula: Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Desembargador MIGUEL KFOURI NETO.

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador Miguel Kfourí Neto.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de julho de 2012,

DEPUTADO AUGUSTINHO ZUCCHI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



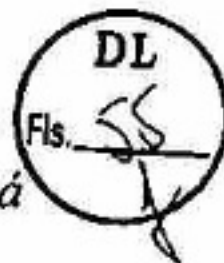
JUSTIFICATIVA

O Desembargador **MIGUEL KFOURI NETO**, nascido em Campo Grande - Mato Grosso do Sul, 22 de agosto de 1951, é magistrado, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sua relevante contribuição no meio jurídico, acadêmico, seu notório conhecimento e saber e sua conduta pessoal e profissional irrepreensíveis o credenciam para o merecido título,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI N° 334/2012

Projeto de Lei n° 334/2012

Autores: Deputado Augustinho Zucchi

Súmula: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO DESEMBARGADOR MIGUEL KFOURI NETO.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná AO DESEMBARGADOR MIGUEL KFOURI NETO.

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscrever possua legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 09 de julho de 2012.


Deputado HERMAS BRANDÃO JR.
Presidente em exercício


Deputado CAIO QUINTANA
Relator





